

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2011.
(Do Sr. Paulo Foletto)

Dispõe sobre o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "*Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.*", para disciplinar o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, e dá outras providências.

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. _____ 12.

§ 5º *Para efeito deste artigo, no caso de veículos sujeitos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, o bilhete de seguro será emitido, exclusivamente, com o Certificado de Registro e Licenciamento Anual.*

I - *O prêmio de Seguro DPVAT será pago conjuntamente com a cota única do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ou em número de parcelas não superior ao do parcelamento deste;*

II - *No caso de veículos isentos do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, a contratação do Seguro DPVAT será efetuada juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual;*

III - *No primeiro licenciamento do veículo, o valor do prêmio será calculado de forma proporcional, considerando-se o número de meses entre o mês de licenciamento, inclusive, e dezembro do mesmo ano;*

IV - O proprietário de motocicleta que não tenha se envolvido em acidentes de trânsito e nem mesmo tenha cometido infrações ou crimes de trânsito, pelo período de 12 meses anteriores à data do licenciamento do seu veículo, terá direito aos seguintes benefícios:

a) pagamento do prêmio do Seguro DPVAT em até 6 (seis) prestações mensais;

b) redução do valor do Seguro DPVAT em 25% (vinte e cinco por cento), a cada exercício, até o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que subseqüentemente;

c) perderá todos os benefícios o proprietário de motocicleta que desrespeitar o que disposto no inciso IV." (NR)

JUSTIFICATIVA

Não há de se negar tratar de relevante tema - **Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT** – assunto, inclusive, de diversas discussões acerca de seu alcance, sua destinação, cobertura das indenizações, territorialidade, bem como sobre a obrigatoriedade de seu pagamento.

Contudo, não estamos aqui para enfrentar quaisquer assuntos desta natureza, ao revés, mas tão somente para disciplinar a forma de pagamento do prêmio do **Seguro DPVAT**, por meio da alteração da Lei 6.194/74, que tornou obrigatório o seu pagamento.

O Seguro DPVAT foi criado pela lei supra mencionada com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos (motoristas, passageiros e pedestres), ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas. As indenizações do **DPVAT** são pagas independentemente de apuração de culpa, da identificação do veículo ou de outras apurações, desde que haja vítimas, transportadas ou não.

De extrema relevância, pois, mais do que uma obrigação, trata-se de um exercício de cidadania.

Ocorre, porém, que em muitos casos os proprietários de veículos automotores não tem condições de pagar, em uma única parcela, o valor da tarifa ora em comento, fixada pelo Conselho Nacional de Trânsito – CNS, não bastante a quantidade de taxas, outras tarifas e tributos a que estamos submetidos a pagar, anualmente, fazendo-se necessário, portanto, o seu parcelamento para a satisfação desta obrigação.

Ademais, para os proprietários de motocicletas, ainda trazemos uma outra inovação, a qual se traduz em um verdadeiro incentivo à boa condução de seus meios de locomoção, com a preservação da incolumidade física dos indivíduos e a conseqüente diminuição de acidentes no trânsito:

- O condutor que não tenha se envolvido em acidentes de trânsito e nem mesmo tenha cometido infrações de trânsito, pelo período de 12 meses anteriores à data de licenciamento do seu veículo, poderá ter o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT parcelado em até 6 (seis) prestações mensais, bem como ter o valor reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), a cada exercício, até o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que subseqüentemente, respeitadas as condições ali impostas. Caso desrespeite estas condições, perderá todos os benefícios no ano seguinte.

Portanto, diante a relevância e plausibilidade do tema, pedimos a colaboração dos nobres pares para a aprovação do que ora se propõe.

Sala das sessões, em de 2011.

Deputado **PAULO FOLETTO**
PSB/ES